

TERRA E PODER: POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS SOBRE A CLASSE PATRONAL RURAL NO OESTE DO PARANÁ*

Irene Spies Adamy
E-mail: ireneadamy@hotmail.com

Resumo: A preocupação central da maioria dos estudos acerca das questões atuais da terra no Brasil volta-se às políticas de governo para a modernização da agricultura, aos movimentos sociais de resistência e de luta pela democratização do acesso à terra, aos acampamentos, às ocupações e aos assentamentos, além dos processos produtivos alternativos à agricultura comercial. Outros se detêm ao estudo da condição jurídica da terra, dos direitos de propriedade e suas contradições, bem como às condições de vida e de trabalho no campo. Por outro lado, o estudo das relações sociais de produção no campo brasileiro e a atuação das classes ou frações da classe patronal rural encontra poucos pesquisadores motivados a se inserir neste desafio. Porém, este apresenta-se, atualmente, como um importante e necessário campo e objeto de pesquisa, visto que novas relações sociais, econômicas e políticas têm sido construídas em torno do que se convencionou chamar de agronegócio. Este se apresenta como uma das expressões do poder econômico e político desta fração da classe dominante de origem agrária. O texto se propõe a análise acerca das ações organizadas pela classe patronal rural, em especial, no Oeste do Paraná.

A preocupação central da maioria dos estudos acerca das questões atuais da terra no Brasil volta-se às políticas de governos para a modernização da agricultura, aos movimentos sociais de resistência e de luta pela democratização do acesso à terra, aos acampamentos, às ocupações e aos assentamentos, além dos processos produtivos alternativos à agricultura comercial. Outros se detêm ao estudo da condição jurídica da terra, dos direitos de propriedade e suas contradições, bem como às condições de vida e de trabalho no campo.

Estes trabalhos são de grande importância na medida em que permitem compreender as condições históricas e sociais de existência e resistência no campo brasileiro, muitas vezes demonstrando as contradições entre o discurso hegemônico e a prática social.

Por outro lado, o estudo das relações sociais de produção no campo brasileiro e a atuação das classes ou frações da classe patronal rural encontra poucos pesquisadores motivados a se inserir neste desafio. Porém, este apresenta-se, atualmente, como um importante e necessário campo e objeto de pesquisa, visto que novas relações sociais, econômicas e políticas têm sido construídas em torno do que se convencionou chamar de agronegócio.

Ainda são poucos os pesquisadores que têm se dedicado a tentar compreender como as frações agrárias e agroindustriais da classe dominante tem se organizado historicamente a fim de consolidar-se como importante força econômica e política na sociedade brasileira, a ponto de a historiadora Sonia Regina de Mendonça se referir a esse campo da pesquisa como “zona de sombra na historiografia brasileira” (MENDONÇA, 2010, P.23).

* DOI

Por partirmos do pressuposto de que a compreensão da realidade histórica deve ser buscada na sua totalidade, consideramos de importância fundamental analisar e compreender como as classes ou frações da classe dominante agrária e agroindustrial têm atuado no desenvolvimento econômico nacional, regional e local, como têm se constituído enquanto sujeitos coletivos, como vêm se articulando e disputando espaços para o exercício do poder na sociedade civil e na sociedade política e/ou em instituições públicas, com a intenção de se consolidarem como grupo hegemônico.

Como situou Regina Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade”. (BRUNO,1997, p.16)

Neste sentido, conforme indica Sonia Regina de Mendonça em “*Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns escritos*”, é papel do pesquisador:

Verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação (MENDONÇA, 2007, p.15).

É importante considerar, ainda, que cada sujeito na e da esfera produtiva atua do ponto de vista privado e corporativo no âmbito da sua propriedade, empresa, capital ou fonte de renda. Visando seus interesses, ele parte desta condição privada para participar das e nas corporações da sociedade civil e da sociedade política.

No campo do estudo das classes dominantes rurais no Brasil e das questões agrárias atuais merecem destaque os trabalhos de Regina Bruno e de Sonia Regina de Mendonça, dentre outros. As autoras têm contribuído, por meio de suas pesquisas, para a compreensão das conflituosas relações que configuram o agrário brasileiro, com destaque para as abordagens que buscam desvelar as suas contradições.

Regina Bruno tem demonstrado que a classe patronal rural apresenta fortes contradições internas quanto a sua retórica e a sua atuação, entre seu discurso e sua prática. Enquanto se apresenta, no momento e no espaço da produção, como o setor mais dinâmico, mais moderno, que mais investe em tecnologia em busca do aumento da produção e da produtividade, a sua retórica e a sua atuação política têm se mostrado conservadora e reacionária. Enquanto defendia, por exemplo, na década de 1980, a modernização do campo, coordenava a criação da União Democrática Ruralista (UDR), para, pela força e plano de ação, impedir a atuação de movimentos sociais que buscavam a democratização do acesso à terra, através da reforma agrária.

Em sua obra “*Senhores da Terra, Senhores da Guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*”, Regina Bruno afirma que:

A nova retórica das elites agrárias foi gestada juntamente com a modernização agrícola e a constituição dos complexos agroindustriais, mas a sua emergência, nos anos 80, coincide com a conjuntura de transição, a redefinição do pacto político que sustentou o modelo de

modernização, a crise de crédito e das condições que viabilizaram esse padrão de desenvolvimento da agricultura, a intensificação dos conflitos de terra e uma maior organização dos trabalhadores rurais (BRUNO, 1997, p.18).

Na análise feita em *“agronegócio e novos modos de conflituosidade”* a mesma autora referenda a afirmação feita por José de Souza Martins em *“O poder do atraso - ensaios de sociologia da história lenta”* acerca da classe patronal agrária brasileira, quando afirma que:

Se o agronegócio, de um lado, viabilizou uma acumulação sem precedentes e contribuiu para a formação de uma nova retórica de classe, de outro, é herdeiro tributário de todo um processo histórico ligado à violência, ao mando, à baixa contratualidade das relações de trabalho e à especificidade da aliança entre capital e propriedade da terra – sustentáculo de nossa estrutura social e política e elemento central da polarização e dos conflitos daí decorrentes (BRUNO, 2008, p. 101).

Regina Bruno tem se preocupado também em compreender as novas dimensões dos conflitos no campo brasileiro, ocorridos no final do século XX e início do século XXI. Neste contexto, novos temas como o uso intensivo de defensivos agrícolas e seus efeitos sobre as pessoas e o meio ambiente e o cultivo de transgênicos foram colocados em pauta. Ao mesmo tempo, os porta-vozes patronais buscavam efetivar uma nova dimensão a antigos problemas como o trabalho escravo, a agricultura familiar *versus* agricultura empresarial, atraso *versus* modernidade, a luta pela terra e o direito de propriedade.

Com forte articulação discursiva de segmentos do agronegócio entre si, para si e para os outros, estes assumiram pautas originalmente consideradas como reivindicações legítimas dos movimentos sociais, tais como a sustentabilidade. Em sua obra *“Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder”*, Regina Bruno destaca que:

À medida que o agronegócio cada vez mais se consolida e desponta como principal referência de competitividade e como “solução para os problemas do país”, as diferenças e divergências entre empresários rurais e trabalhadores e pequenos agricultores se explicam com mais clareza (BRUNO, 2009, p. 184).

Portanto, as transformações trazidas para as relações de produção no campo, principalmente, a partir da introdução da transgenia, provocaram novas divergências entre antigos “adversários e aliados”. A discussão acerca da produção transgênica no campo brasileiro abriu uma frente de debates entre os proprietários da terra, os empresários do agronegócio e os segmentos ligados à agricultura familiar, bem como, os trabalhadores rurais sem terra.

A transgenia, a ampliação da liberação e do uso de agrotóxicos, os impactos culturais, sociais e ambientais da expansão das fronteiras agrícolas e o uso das demais

inovações tecnológicas (agricultura 4G ou 5G) aplicados à produção no campo, parecem ser, no momento atual, a expressão máxima de um discurso que visa legitimar o papel do agronegócio e das classes patronais no campo brasileiro. Porém, sob a argumentação de “maior produtividade e produção de alimentos com redução de custos” e, portanto, maior competitividade no mercado nacional e internacional, bem como, “maior oferta de alimentos” para o mundo, deixam de colocar em questão a sua qualidade e o acesso das populações à toda essa produção.

Na mesma obra, a autora afirma que há outros argumentos que também são usados para fundamentar o discurso em defesa dos transgênicos, quais sejam:

As argumentações das lideranças patronais do agronegócio em favor dos transgênicos giram em torno de algumas questões centrais: em primeiro lugar, a ideia de que a produção de transgênicos é expressão da competitividade, rentabilidade e garantia de alimentos; em segundo, a lógica da inevitabilidade do progresso e pelo avanço científico; em terceiro, o argumento da desinformação sobre os males e perigos para o homem e o meio ambiente dos transgênicos; e finalmente, em quarto, a defesa do direito e liberdade de opção do consumidor de fazer uso ou não dos transgênicos (BRUNO, 2009, p. 185).

Deste modo, os empresários do agronegócio e seus interlocutores e intelectuais orgânicos procuram garantir legitimidade e legalidade ao novo processo produtivo, ao mesmo tempo em que desqualificam aqueles que se contrapõem ou levantam dúvidas acerca da segurança dos transgênicos e dos agrotóxicos.

Vale, portanto, fazer o questionamento de cada um destes argumentos, mas afirmar que o consumidor tem liberdade e opção de escolha é supor que produtos não transgênicos ou até livres de agrotóxicos estejam disponíveis e acessíveis a todos, nas mesmas condições de consumo quanto à oferta e aos preços praticados. Na prática, isso não tem sido apresentado, uma vez que há segmentos, como por exemplo, o do óleo de soja, em que, com raras exceções, as marcas comerciais disponíveis são todas transgênicas.

Porém, uma das contradições presentes na defesa da produção de “alimentos” a custo mínimo para garantir uma maior competitividade no mercado mundial se encontra justamente na exigência destes consumidores. Há importadores que impõem restrições a produtos que não tenham indicativos de origem, tenham causado impacto ambiental destrutivo ou não atendam às recomendações seguras quanto ao uso de agrotóxicos e respeito à legislação trabalhista.

Além de uma nova retórica pautada na modernidade, na produtividade, na competitividade e na tecnologia, a classe patronal rural tem investido fortemente em ações que visam convencer, através de campanhas publicitárias, que o agronegócio é “a salvação da lavoura”, a exemplo de anúncios veiculados na Rede Globo, filiada à ABAG: “Agro é pop, agro é téc, agro é tudo”. Ou ainda: “O agro é a indústria do Brasil”, reforçando a teoria da vocação de natureza agrícola da economia brasileira.

Além disso, ostenta-se constantemente a participação do agronegócio na balança comercial superavitária do país.

A defesa em torno do agronegócio e dos transgênicos não explicita, por outro lado, uma das graves limitações impostas ao setor, pelos grandes conglomerados que controlam desde a pesquisa e a produção de sementes até o financiamento e a comercialização da produção. Um reduzido número de empresas ainda impõe suas condições e interesses sobre o processo de produção dos alimentos no mundo, através de estreitas alianças entre o capital e a propriedade da terra. Setor este que não poucas vezes é marcado pelas precárias condições de trabalho e por denúncias de trabalho análogo à escravidão.

Importante considerar que em paralelo ao fortalecimento de um discurso abrangente de valorização do agronegócio como o setor mais dinâmico da economia brasileira, as frações da classe dominante rural têm empreendido esforços para consolidar sua representatividade em importantes espaços de poder junto ao Estado restrito. Seja no Executivo, ocupando ministérios e secretarias, seja no Congresso Nacional com a Frente Parlamentar da Agropecuária ou “bancada ruralista” que vem se empenhando e garantindo a aprovação de projetos da sua pauta, sua atuação é efetiva.

Também na sociedade civil esta representatividade vem se consolidando. Neste sentido, Regina Bruno destaca o papel desempenhado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG):

Numa perspectiva histórica, a ABAG não pode ser pensada isoladamente de todo um processo de mobilização e de organização do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Ela é herdeira de uma prática e de um discurso que foram se constituindo, nos últimos 30 anos, juntamente com a mudança qualitativa no padrão agrícola, a formação dos complexos agroindustriais, a internacionalização da agricultura e as inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade brasileira (BRUNO, 1997, p.6).

Sonia Regina de Mendonça, por sua vez, tem desempenhado um exaustivo esforço para reconhecer e apresentar as diversas faces das classes e frações de classes do patronato rural brasileiro, reconstruindo sua trajetória tanto na sociedade civil, quanto nas políticas defendidas junto ao Estado restrito.

Para tanto, a autora tem se dedicado, a partir dos referenciais teórico-metodológicos de Antonio Gramsci e de Pierre Bourdieu, a analisar a formação e a atuação das entidades representativas das diversas áreas do agro no Brasil

Em “*A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964 – 1990*”, Sonia Mendonça analisou as relações entre as classes dominantes agrárias e o Estado brasileiro, tendo como foco as mudanças promovidas na agricultura brasileira no início da década de 1980, onde destaca três tendências fundamentais:

A constituição dos complexos agroindustriais como aprofundadores da integração entre capitais; A redução do papel da pequena produção no processo do desenvolvimento capitalista, o qual foi perdendo espaço, quer como produtora de bens quer como reserva de mão-de-obra, gerando intenso êxodo rural; A redução da sazonalidade do trabalho temporário, seja pela afirmação de culturas

fortemente mecanizadas, seja pela mecanização de culturas até então pouco tecnicizadas em fase de colheita, restringindo cada vez mais as já provisórias oportunidades de trabalho por parte de assalariados, boias-frias, clandestinos, etc. (MENDONÇA, 2006, p. 80-81).

No seu estudo sobre a organização da fração agrária da classe dominante no Brasil, a autora destaca a sua atuação, na década de 1980, a fim de dificultar a viabilização de um projeto de reforma agrária que atendesse aos anseios dos movimentos sociais de luta pela terra. Para tanto, evidenciou a emergência, organização, objetivos e ações da União Democrática Ruralista (UDR) junto ao Estado e à sociedade civil, com destaque para sua mobilização durante a Assembleia Nacional Constituinte.

No entendimento de Sonia Mendonça, a UDR não surgiu apenas em oposição ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e justifica sua afirmação analisando as raízes históricas dessa entidade patronal e seus pontos de contato com aqueles a quem, segundo ela, poderiam ser chamados de “ruralistas autênticos”, da Sociedade Rural Brasileira ou da Sociedade Nacional da Agricultura.

Analisando as revistas (*A Rural*) da Sociedade Rural Brasileira e (*A Lavoura*) da Sociedade Nacional da Agricultura, publicadas pelas respectivas entidades, a autora pôde identificar pontos comuns e divergentes entres as propostas destas entidades e o discurso da UDR.

A UDR pouco teve de efetivamente “inovadora”. Tal novidade se manifestaria, tão somente, no plano das estratégias de ação, sobretudo em função de dois aspectos, que a distinguiriam das demais entidades pesquisadas: a) a legitimação da violência física como instrumento da obtenção de seus fins – o que valeria uma grande rejeição entre as classes dominantes, até a Assembleia Nacional Constituinte; b) a agilidade de sua mobilização de quadros, mantida por abundantes recursos, oriundos de inúmeras fontes – dentre elas os leilões de gado – o que lhe valeria a “dianteira” política junto à Constituinte e às demais agremiações (MENDONÇA, 2006, p. 25).

Através da sua obra “*O Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*” Sonia Mendonça contribui, de modo significativo, para a compreensão das complexas relações e disputas intraclasses dominante e das frações de classe e o Estado na sociedade brasileira, sem perder a perspectiva de que o embate fundamental se dá entre o capital e o trabalho.

A autora apresenta os resultados de suas pesquisas sobre a organização do patronato rural em suas entidades e organizações de classe entre o período de 1964 e 1993, enfatizando a atuação da União Democrática Ruralista (UDR), da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), da Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Destaca os conflitos e as disputas entre as diversas frações que culminaram com a liderança da OCB e a consolidação de seu projeto com a criação da ABAG. Apresenta também as

origens históricas da OCB e da ABAG, identificando-as como entidades de classe que expressam a construção de uma nova hegemonia do patronato agrário brasileiro, na qual as cooperativas agroindustriais se apresentam com forte atuação e representatividade.

Nesta obra citada, Sonia Mendonça analisa os discursos e as ações das entidades patronais contra a efetivação do Estatuto da Terra e do I Plano Nacional de Reforma Agrária no início dos anos 1980, destacando que, naquele momento, as discussões acerca do latifúndio e da sua superação cederam lugar ao projeto de ampliar as relações capitalistas no campo brasileiro. Assumiram, então, a defesa de que a reforma agrária seria um processo desnecessário e inviável, visto que, apenas uma reforma agrícola resolveria os impasses do atraso tecnológico, da baixa produtividade e da baixa rentabilidade no campo.

Em *“A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990”* a autora critica esta posição acerca da reforma agrária e da modernização da agricultura assumida pela classe patronal rural afirmando que:

[...] a contradição fundamental dessa “nova” agricultura é entre exploradores e explorados, em que os primeiros são uma parte da grande burguesia e os segundos constituem-se nos assalariados rurais, nos pequenos agricultores dizimados, todos eles expropriados e em vias de proletarização” (MENDONÇA, 2010, p. 81).

As discussões que retomaram a problemática da estrutura fundiária no país, ocorreram no momento de desgaste das relações políticas e sociais e do modelo econômico que haviam dado sustentação à ditadura civil militar no Brasil. A crise na agricultura, o desemprego, a inflação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e no campo eram indicativos de que uma nova correlação de forças estava sendo gestada.

A política de “modernização” da agricultura implantada pelos governos militares durante as décadas de 1960 e 1970 traduziu-se, na prática, não apenas pela introdução de novas tecnologias e técnicas de produção. Representou um amplo conjunto de novas relações sociais, econômicas e políticas, uma vez que contribuiu diretamente no processo de intensificação da concentração da propriedade da terra, pela expropriação de um número crescente de pequenos proprietários, pela exclusão de arrendatários e assalariados do campo e pelo fortalecimento de novos segmentos da classe dominante agrária, sobretudo aqueles ligados aos complexos agroindustriais.

Se a intencionalidade do governo Castelo Branco era de “modernizar a economia brasileira”, entendia-se que esse processo seria incompatível com o grande latifúndio improdutivo que predominava no país. Modernizar a agricultura, portanto, significava para estes segmentos, e para o governo, alterar a estrutura fundiária do país, ainda pautada no latifúndio.

Para enfrentar esta situação, foi apresentado o “Estatuto da Terra”. As entidades representativas dos grandes proprietários, de imediato reagiram, criticando ou apoiando o governo e a sua proposta de reforma agrária, buscando interferir diretamente no processo de discussão em curso, a exemplo das ações da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira que se levantaram

contrariamente a este item do Estatuto da Terra, defendendo que a reforma agrária não era necessária e que o caminho a ser seguido seria a inserção do campo brasileiro nas relações capitalistas de produção, conforme destaca Sonia Mendonça:

A SRB encabeçaria dura campanha contrária ao Plano, atacando frontalmente as “forças demoníacas” que o haviam concebido, tendo por essência o argumento segundo o qual a Reforma Agrária, sem a precedência de uma Reforma Agrícola, seria de todo inócua e ineficaz, esvaziando os mecanismos do PNRA mediante a arguição de sua incorreção de princípios, já que a estrutura fundiária concentrada não se devia aos proprietários, mas sim à própria “história” do país. Ou seja, a desqualificação do Plano e de seus mentores foi a principal estratégia utilizada para tentar transformá-lo numa mera “demagogia eleitoreira” A entidade defenderia, ferreamente, o “sagrado direito à propriedade”, diferindo da SNA que, bem ou mal, admitia, ao menos no plano discursivo, a necessidade de algum distributivismo agrário, aproximando-se das forças governistas do momento (MENDONÇA, 2010, p.2).

Porém, a situação da agricultura já não era a mesma na década de 1980. Os recursos advindos do crédito rural a juros baixos e outros incentivos abundantes na década de 1970, escasseavam cada vez mais. Em meio à crise que afetava a economia brasileira, a pauta de reivindicações dos agropecuaristas junto ao Estado era crescente. Uma das exigências era a garantia de preço mínimo para os produtos agrícolas.

No Oeste do Paraná não foi diferente. Em 2 de julho de 1983, em Cascavel, milhares de produtores rurais ocuparam a avenida central da cidade e realizaram uma passeata reivindicando mudanças na política agrícola do governo federal, o que demonstra que a região Oeste do Paraná não estava alheia, nem tampouco isenta, dos efeitos da reorganização produtiva em curso no país.

O governo Sarney anunciou que somente a reforma agrária poderia amenizar os problemas da agricultura e acabar com os conflitos e a violência no campo, apresentando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Resgatando do Estatuto da Terra a desapropriação como instrumento prioritário para viabilizá-la, provocou uma forte reação das elites agrárias que pretendiam impedir, através de seus organismos de classe, que esse projeto saísse do papel.

Segundo Regina Bruno em *“Nova República: a violência patronal rural como prática de classe”*, o I PNRA também criou a expectativa nos movimentos de luta pela terra, organizados em várias regiões do país, de que esse problema histórico, o latifúndio, seria finalmente enfrentado.

Rapidamente, disseminou-se, nas associações e sindicatos patronais, a ideia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza de inevitabilidade de uma verdadeira guerra no campo devido, sobretudo, a revitalização do movimento de ocupações de terras, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos

trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais (BRUNO, 2003, p. 284 – 310).

O I Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado pelo Governo Federal foi recebido pelas entidades de classe dos latifundiários como uma “declaração de guerra”. Se a Nova República abrisse a perspectiva da redemocratização política para os setores progressistas da sociedade brasileira, para os latifundiários o momento significava a possibilidade de mudanças que não lhes interessavam.

Foi naquele momento de embate que aconteceu a criação da União Democrática Ruralista (UDR) que na Assembleia Constituinte de 1988 consolidou seu papel como defensora dos interesses dos ruralistas, principalmente pela atuação do deputado federal Ronaldo Caiado, do Partido da Frente Liberal (PFL), eleito pelo Estado de Goiás. A União Democrática Ruralista se autodenomina como sendo uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e do respeito às leis do país.

Porém, Regina Bruno alerta em sua obra *“Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil”* que a UDR foi além da organização para impedir a reforma agrária no país:

Apesar de ter nucleado na propriedade fundiária, a UDR não se constrói como um mero reflexo de reação ao PNRA. Ela é sem dúvida uma demonstração de habilidade política surgida de dentro do setor latifundiário. O significado principal da UDR, hoje, sobretudo, é político-ideológico: é a tentativa de construção de um projeto político e de uma organização da direita no Brasil (BRUNO, 1997, p. 61).

Na região Oeste do Paraná, papel significativo, neste contexto, coube às entidades organizadas pelos grandes proprietários rurais, com destaque para o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná que atuaram no sentido de construir consenso quanto à necessidade de preservação do direito de propriedade, de qualquer propriedade. Enquanto isso, os dirigentes de cooperativas pressionavam o governo por uma política agrícola favorável ao setor. Argumentavam que de nada valia uma nova política agrária sem uma melhor política agrícola.

Em Cascavel, por exemplo, Salazar Barreiros, então Presidente da Cooperativa COOPAVEL, criticou o I Plano de Reforma Agrária e a política de preços e de juros do crédito agrícola do governo federal e afirmou que este deveria incentivar a produção e a comercialização, “pois do contrário os agricultores só tem a alternativa de venderem suas propriedades e procurarem os centros urbanos, eliminando a produtividade e aumentando o êxodo rural”. (*Jornal Hoje*, 20/02/1987, p.12)

Se observarmos os dados do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017, podemos perceber que a estrutura fundiária brasileira continua seu processo de concentração. Enquanto 4,1 milhões dos estabelecimentos rurais (81,3%) no Brasil possuem até 50 hectares, o que corresponde a 12,8% de toda sua área produtiva, 2,4

mil propriedades com mais de 10 mil hectares (0,04%) ocupam 51,8 milhões de hectares, ou seja, 14,8% de toda a área produtiva.

O Estado da federação que concentra o maior número de propriedades com área acima de 10 mil hectares é Mato Grosso (MT) com 868 estabelecimentos, seguido pelo Estado do Mato Grosso do Sul (MS) com 341 estabelecimentos e o Pará (PA) com 188 estabelecimentos. Ou seja, o latifúndio ainda marca fortemente a estrutura fundiária do país.

O processo de transformação e modernização pelo qual passou a agricultura no Brasil a partir do final da década de 1960, exigiu dos produtores novos conhecimentos, domínio sobre novas técnicas de cultivo e acesso ao crédito e a novos equipamentos e insumos. Neste sentido foi de fundamental importância o papel “educativo” desempenhado pelo “extensionismo rural”.

Sonia Mendonça em *“Entidades Patronais Agroindustriais e a Política de Pesquisa Agropecuária no Brasil (1963 – 2003)”*, destacou a participação e inserção dos interesses patronais junto à EMBRAPA, agência do Estado criada em 1973 e responsável pela pesquisa agropecuária.

Demonstrou também como a OCB, inicialmente, e a partir de 1993, também a ABAG, redirecionaram os rumos destas pesquisas em três direções: “a subordinação da pesquisa agropecuária aos ditames do agronegócio; a secundarização da pesquisa destinada à pequena produção e a crescente “privatização” da Embrapa”. (MENDONÇA, 2012, p. 82)

Em *“Estado e Sociedade Civil no Brasil: o Binômio Ocb/Abag e a Embrapa”*, a autora apresenta o histórico de criação da OCB e da ABAG. Destaca como estas entidades patronais provocaram um redirecionamento na pesquisa agropecuária através da Embrapa, que desempenhou importante papel na implantação das mudanças modernizantes na agropecuária brasileira. Este processo modernizante contribuiu para consolidar a condição de subordinação da produção e dos produtores ao padrão de acumulação do capital internacional e que por esse motivo trazia em si contradições não fáceis de conciliar.

Como fica patente, a EMBRAPA não implicou tão somente, como toda a sua documentação parece querer nos convencer, em racionalizar atividades e gastos públicos em Pesquisa Agropecuária. Tampouco ela visou apenas dar consistência institucional à atividade. Ela foi instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional. Face a isso, padeceu, em todo o período estudado, de uma contradição intrínseca: de um lado, era constrangida a desenvolver tecnologias agrícolas (os pacotes) que induzissem ao uso maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhores, etc.); de outro, esse mesmo fator explica porque a Embrapa não foi capaz de desenvolver tecnologias distintas daquelas impostas pelo capital (MENDONÇA, 2011, p. 12).

Destaca também o papel ativo que as cooperativas passaram a assumir, através da OCB e da ABAG, tanto na definição de políticas de Estado para o campo brasileiro,

na crítica à ausência ou indefinição das mesmas, bem como na construção de uma autoimagem vinculada ao moderno, eficiente e competitivo. Entrava em cena o “empresário rural” e consolidava-se o agronegócio como sua expressão.

Deste modo, pode-se afirmar que os estudos de Regina Bruno e Sonia Regina de Mendonça, além de outros que poderiam aqui ser citados, produziram um consistente conjunto de fontes, além de desenvolverem um importante referencial para o estudo das frações agrárias da classe dominante no Brasil. Suas pesquisas impactam e influenciam os estudos sobre o agro e o patronato rural, suas entidades de classe, sua cultura e as ações organizadas na sociedade civil e junto ao Estado restrito.

No estudo sobre as frações agrárias da classe dominante no Estado do Paraná podem ser referenciados os estudos e as análises de Irene Spies Adamy e Juliana Valentini. Em suas dissertações de mestrado¹, as autoras apresentam estudos sobre como a fração agrária da classe dominante de Cascavel e Londrina, respectivamente, se organizaram e mobilizaram diversos segmentos sociais a fim de estabelecer sua condição hegemônica, por vezes marcada por disputas e confrontos.

As relações sociais de produção predominantes no campo brasileiro e na sua configuração na região Oeste do Paraná² foram sendo construídas a partir da década de 1960. Desde a década de 1980, estas relações foram se consolidando a partir da reorganização produtiva implantada pelas políticas de Estado, em consonância com as classes dominantes no campo.

A mecanização da agricultura, a criação dos complexos agroindustriais e o crescente fortalecimento das cooperativas expressam o modo de organizar a produção regional e nacional. A classe patronal rural, apesar de sua subordinação aos ditames dos grandes conglomerados multinacionais e ao capital financeiro, coordenou e deu direção a estas mudanças.

Para uma abordagem a partir dos sujeitos e das frações de classe no Oeste do Paraná, faz-se necessário buscar compreender o processo de ocupação, colonização e titulação das terras no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel. Tendo como ponto de partida a privatização de terras públicas e a constituição das grandes propriedades rurais e destacando como, historicamente, esse processo foi construído e reconstruído, pode-se entender sua contribuição para a formação de uma fração agrária, hoje integrada ao agronegócio e às atividades urbanas, o que lhe confere a capacidade de intervir significativamente na vida econômica e política da região.

Neste processo, é importante também identificar como essa classe construiu e constrói práticas e discursos para legitimar sua condição, através da elaboração de uma “história oficial” que estabelece marcos históricos e divisores entre o passado e o

¹ Irene Spies Adamy estudou e apresentou a organização da fração agropecuarista de Cascavel e entorno em sua dissertação de mestrado: “Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná”, defendida em 2010 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. Disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1761>

Juliana Valentini em sua dissertação de mestrado: “Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional”, estudou a fração agrária da classe dominante em Londrina, no Norte do Paraná. Defendida em 2014 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, está disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1699>

² Para conhecer alguns dados sobre o Oeste do Paraná, acessar: <https://indicadores.oesteemdesenvolvimento.com.br/> Há disponível também um vídeo institucional sobre o Oeste do Paraná em: <https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/forum/agenda>

presente (Cascavel sem lei x Cascavel com lei); (antigo x moderno). Alceu Sperança³, seu principal difusor, além de diferentes meios de comunicação que possuem vínculos familiares e de propriedade, além de vínculos políticos e ideológicos com essa fração de classe.

Para compreender como se desenvolveu este processo, se faz necessário conhecer as bases materiais sobre as quais esta fração de classe se constituiu e se consolidou, além dos embates travados a fim de manter sua condição.

Esta abordagem é possível e o caminho da pesquisa pode iniciar a partir da identificação desta base material, de sua atuação nas relações de produção, de suas entidades de classe, de seus instrumentos e ações de luta. Importa também a análise dos discursos proferidos por seus representantes e/ou meios de divulgação na sociedade civil, voltados a promover o consenso em torno do seu projeto social, econômico, político e cultural (visão de mundo).

Portanto, há uma possibilidade que se apresenta para uma nova interpretação da história da região Oeste do Paraná, a partir das frações de classe. O estudo de sua organização no espaço da produção e em suas entidades representativas, a exemplo da pesquisa já citada sobre a entidade de organização e representação política dos pecuaristas de Cascavel e entorno, a Sociedade Rural do Oeste (SRO).

Uma vez que os proprietários rurais, bem como os setores urbanos da região, têm buscado, historicamente, diferentes formas de organização e representação política, no intuito de defender seus interesses e manter sua condição e posição de classe,

A região Oeste do Paraná e sua sociedade não podem ser consideradas como um todo homogêneo e harmonioso, mas como espaço permeado pela diversidade de relações, especificidades e conflitos intrarregionais de classe que marcaram e ainda marcam sua constituição econômica, política, social e cultural. É a partir da análise destas condições históricas que é possível compreender a formação de uma fração de classe dominante ligada à produção agropecuária no Oeste do Paraná.

A ocupação e a titulação da terra, a se considerar como ali foi realizada, favoreceu a formação de uma estrutura fundiária com forte presença de grandes propriedades rurais. O modelo agropecuário, implantado a partir do final da década de 1960 também exerceu forte pressão sobre a expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração fundiária na região.

Sobre a especificidade da estrutura fundiária de Cascavel não se pode deixar de considerar que um número significativo dos grandes proprietários rurais estende suas propriedades também para municípios vizinhos⁴, destinadas à agropecuária, seja para o desenvolvimento do processo de produção de modo integral ou parcial. Algumas destas propriedades foram estabelecidas no início da colonização dirigida quando

³ Alceu Sperança é jornalista e escritor. Tem sob sua guarda um extenso acervo de fontes documentais sobre o início da História de Cascavel. É considerado como referência obrigatória para os pesquisadores da história de Cascavel. É referenciado também como o memorialista da cidade. As suas narrativas têm fundamentado as análises sobre a história de Cascavel em matérias especiais publicadas em jornais e revistas locais, na elaboração de materiais didáticos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em artigos científicos publicados e também em pesquisas acadêmicas.

⁴ Algumas áreas foram desmembradas de Cascavel, mas outras são oriundas e/ou se localizam no ex-território Oeste de Laranjeiras do Sul. Tratando-se da localização geográfica, o território da classe patronal rural cascavelense está no triângulo que forma a grande região Oeste entre os Rios Piquiri e Iguaçu.

compunham o espaço de atuação de empresas imobiliárias, de madeireiras e de grileiros.

A partir da década de 1990, profissionais liberais e empresários passaram a investir recursos na aquisição de áreas rurais, conferindo aos agropecuaristas da região um novo e dinâmico perfil econômico e sociocultural. São engenheiros, médicos, dentistas e advogados que diversificaram suas atividades e investiram o capital oriundo de suas atividades na aquisição de terras, tanto no Oeste do Paraná como em outras regiões do Estado e do Brasil, além de ampliar a sua atuação sobre diversos setores da economia. Afora o setor primário, também a indústria e os serviços passaram a ser alvo de seus investimentos.

Portanto, o modo como ocorreu o processo de definição e redefinição da propriedade e o modelo de uso da terra no Oeste do Paraná, especialmente em Cascavel, foi determinante para a formação de uma fração agrária ou de origem agrária, com forte organização na sociedade civil e atuação na sociedade política. São demonstrativos de sua força econômica, organização e articulação política, a presença de prefeitos, vereadores, deputados, senadores e ocupantes de cargos em secretarias e ministérios e em agências da sociedade civil e organizações de classe, rurais e urbanas, oriundos deste setor.

Do mesmo modo, com a difusão de um discurso de valorização do agronegócio, buscam legitimar essas ações e viabilizar recursos para o desenvolvimento e modernização econômica do setor.

No contexto atual, está cada vez mais difícil especificar o que é rural e o que é urbano, apesar de cada espaço, enquanto construção sócio-histórica, ainda apresentar um conjunto de condições e relações específicas e particularidades. Na medida em que as relações capitalistas de produção se tornaram mais complexas e abrangentes, engendraram-se também no espaço rural, de modo complexo e integrado e os sujeitos que nele vivem, ampliam suas relações com a sociedade do consumo, antes mais específicas e explícitas no mundo urbano.

As transformações ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas, principalmente no processo produtivo, podem ser observadas em diversos setores. Tornam-se mais evidentes na incorporação de novas tecnologias em equipamentos, nos insumos utilizados, na produção de variedades de sementes, na produção agropecuária voltada, cada vez mais, ao mercado e à acumulação de capital e na expansão do uso da mão de obra assalariada, principalmente nas agroindústrias.

Este processo é conduzido pela classe patronal, através das cooperativas agroindustriais e das grandes empresas do agronegócio que na sua maioria são multinacionais atuando em diferentes segmentos da economia, inclusive o setor financeiro.

É possível afirmar que há uma fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná, ou mais objetivamente, uma fração de origem agrária. Esta assim se apresenta, por possuir o domínio da propriedade da terra, por definir o modelo produtivo (ainda que de modo subalterno) e pela sua forte organização e atuação política, seja na sociedade civil ou no Estado restrito.

Também por articular-se em estreitos e restritos vínculos familiares com outros segmentos da economia regional, possibilitando o controle sobre a produção,

transformação e comercialização. Vinculam os resultados do agronegócio ao comércio de máquinas e equipamentos, à especulação imobiliária, à valorização do solo urbano, dos aluguéis, de imóveis e outros bens e serviços.

A classe patronal rural ou de origem rural na região de Cascavel e entorno, tem forte tradição de organização e atuação em diferentes entidades locais de representação político-social. Vincula-se a entidades, inclusive empresariais, como a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), por exemplo. Preocupa-se também em ocupar espaços do poder institucional como pode ser observado no quadro 01, elaborado com base nas informações do livro de Alceu Sperança (1992) e do Portal do Município de Cascavel, onde se apresentam as relações nominais dos administradores de Cascavel desde o ano de 1938, quando ainda era distrito de Foz do Iguaçu.

Quadro 01: Administradores do município de Cascavel

NOME	PERÍODO	FUNÇÃO	PARTIDO	TRAJETÓRIA/BIOGRAFIA
José Silvério de Oliveira	1938 a 1949	Subprefeito	PSD	Considerado o fundador de Cascavel; nasceu em Guarapuava; foi comerciante, ervateiro, agricultor e madeireiro.
Manoel Ludgero Pompeu	1949 a 1952	Subprefeito	-	Nasceu em Nonoai – RS; Madeireiro e atuou na abertura de ruas e rodovias que facilitaram a colonização da região.
José Neves Formigheri	1952 a 1956	Prefeito e vereador na legislatura seguinte	PTB	Nasceu em Marcelino Ramos – RS; Empresário do setor madeireiro e agropecuarista.
Helberto Edwino Schwart	1956 a 1960	Prefeito e vereador na legislatura anterior	PTB	Nasceu em Taquara – RS; comerciante e empresário do setor madeireiro (sócio de Florêncio Galafassi).
Otacílio Mion	1960 a 1964 e 1969 a 1973	Prefeito	PTB e ARENA	Agricultor e empresário do ramo de cartórios.
Odilon Correia Reinhardt	1964 a 1969	Prefeito	PTB	Nasceu em Curitiba - PR; Advogado; assessor jurídico da prefeitura na gestão Formigheri.
Pedro Mufatto	1973 a 1977	Vereador e prefeito	ARENA	Nasceu em Irati – PR; Agropecuarista e empresário do ramo atacadista e de supermercados.
Jacy Miguel Scanagatta	1977 a 1983	Prefeito, vice-prefeito e deputado constituinte em 1986 ⁵	ARENA, PDS, PFL e PDT	Nasceu em Erechin-RS; agropecuarista; Empresário do ramo madeireiro, construção civil; hoteleiro; equipamentos e máquinas agrícolas, revenda de automóveis e comunicação.

⁵ “Foi indicado membro titular da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social, e suplente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, e da Comissão da Organização do Estado. Nas principais votações/ da Assembleia Nacional Constituinte votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países onde vigora política de discriminação racial, a limitação do direito de propriedade privada, o mandato de segurança coletivo, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, a unicidade sindical, a soberania popular, o voto aos 16 anos, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a desapropriação da propriedade produtiva. Votou a favor da pena de morte, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da legalização do jogo do bicho”. Disponível em: (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jacy-miguel-scanagatta>). Acessado em 09 dez. 2019.

Fidelcino Tolentino	1983 a 1988 1993 a 1996	Vereador, Deputado estadual e prefeito	MDB	Nasceu em Santo Anastácio-SP, Advogado.
Salazar Barreiros	1989 a 1992 1997 a 2000	Prefeito	PMDB PP	Nasceu em Getulina-SP, Advogado; agropecuarista; presidente da Coopavel.
Edgar Bueno	2001 a 2004 2009 a 2012 2013 a 2016	Prefeito e Deputado estadual ⁶	PDT	Nasceu em Marcelino Ramos-RS; Empresário, e agropecuarista; 1º presidente do CDL; presidente do Tuiuti Esporte Clube; presidente da ACIC e da SRO; Secretário para Assuntos Estratégicos do governo do Estado do Paraná (a partir de 2017),
Lisias Tomé	2005 a 2008	Prefeito	PSDC	Nasceu em Uberaba-MG; Médico e proprietário rural.
Leonardo Paranhos	2017	Prefeito, deputado Estadual, vice-prefeito, vereador	PSC	Nasceu em Paraíso do Norte-PR; empresário, foi militante estudantil e Assessor do prefeito Edgar Bueno.

Quadro organizado pela autora.

Os segmentos do campo, da indústria e dos serviços, em diferentes momentos, quando questões fundamentais à manutenção da ordem social se apresentavam, punham de lado seus objetivos específicos e/ou divergências e uniam-se para fortalecerem suas ações.

A Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), em ações conjuntas com o Sindicato Rural Patronal (SPR) e a Sociedade Rural do Oeste (SRO), por muitas vezes saiu em defesa do direito de propriedade da terra. Quando este era questionado, como nos casos da ocupação da área da Syngenta Seeds ou do processo judicial que questionou o direito da Araupel sobre uma grande área de terra pertencente à União ou ainda em discussões sobre demarcação de terras indígenas na região seu posicionamento é enfático no sentido de garantir a defesa da propriedade privada. Documentos como “Carta Aberta” à população, atos públicos, tratorações, posicionamentos na imprensa e pressão junto aos órgãos do Estado fazem parte de suas ações e atuações.

Percebe-se essa inter-relação também quando se observa a estrutura administrativa da Associação Comercial e Industrial de Cascavel que tem em sua Diretoria Executiva o cargo de vice-presidente para assuntos do agronegócio, ocupado na gestão 2017/2018 pelo Presidente da Coopavel e da Credicoopavel, Dilvo Grolli. O cargo de diretor secretário é ocupado por Gilson Luiz Anizelli, superintendente da Cotriguaçu e a diretoria de assuntos governamentais é ocupada pelo atual presidente do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, Paulo Roberto Orso que ocupa também o cargo de conselheiro fiscal efetivo na Credicoopavel.

Também a Sociedade Rural do Oeste e outras entidades da classe patronal participam na unificação de reivindicações ligadas ao setor agropecuário. Somando

⁶ Na Assembleia Legislativa faz parte das seguintes comissões: Agricultura (presidente), Indústria e Comércio (presidente), Constituição e Justiça. Finanças, Educação, Cultura e Esportes, Terras, Imigração e Colonização, Tomada de Contas, Saúde Pública, Ecologia e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/401-Edgar-Bueno>.

forças junto à sociedade civil empresarial, pressionam o Estado e influenciam a opinião pública, situação que ficou evidente pelo seu posicionamento durante a greve dos caminhoneiros no mês de maio de 2018.

Enquanto a Coopavel apresentava relatórios sobre os prejuízos econômicos e financeiros causados pela paralisação, outras entidades, que inicialmente manifestavam seu apoio às reivindicações da categoria e das transportadoras, mudaram seu posicionamento através de “comunicado oficial” assinado e publicado amplamente.

As lideranças se deslocam entre as diferentes entidades, o que demonstra a sua consciência de classe e a interação entre as diferentes atividades e setores da economia aos quais estão inseridos regionalmente. Apesar de atuarem em atividades específicas, quando sua condição está sendo desafiada, unem-se em torno da mesma causa.

Vale destacar também que grande parte destas lideranças que atuam em entidades não vinculadas diretamente a alguma atividade rural, têm sua origem e atuação em atividades ligadas a propriedade da terra.

A autoidentificação de um Grupo dos 8 (G8) formado pela Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Oeste do Paraná (AMIC), a Ordem dos Advogados do Brasil – subseção de Cascavel (OAB), O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná (Sinduscon/Oeste-PR), Sindicato Rural Patronal (SRP), Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista (SINDILOGISTA), Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel (CDL) e Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR) é mais uma expressão da organização da classe patronal que em momentos de tensão, une forças e articula soluções de modo conjunto, como é possível observar no quadro 02.

Quadro 02: Relação de entidades da classe patronal de Cascavel

Entidades do G8	Missão	Lideranças	Trajectoria
ACIC	Integrar a classe empresarial, assistir e envolver o quadro associativo em ações para o seu desenvolvimento econômico, tecnológico e social.	Gilberto Mayer, Nelson Mene-gatti, Hylo Bresolin, João Destro, Plínio Destro, Oli Sarolli, Edgar Bueno, Dércio Galafassi, Pedro Luiz Boaretto, Álvaro Largura, Ed-son José de Vasconcelos entre outros.	Foi criada em 1960 e seu primeiro presidente foi Altamir Silva.
AMIC	Facilitar o desenvolvimento sustentável das organizações e a união dos associados, através de projetos, parcerias e interface junto ao Poder Público, viabilizando produtos e serviços que agregam valor aos negócios, fortalecendo a classe empresarial.	Jorge Luiz dos Santos, Celso Belivacqua, Gilmar Carpenedo.	Foi fundada no dia 25 de maio de 1984
OAB	Assistir de imediato qualquer membro da OAB que esteja sofrendo ameaça ou	Octacílio Ribeiro da Silva, Mario Katuo Kato, Edi Siliprandi, Altami-ro José dos Santos, Antonio Ar-	Foi criada em 1964.

	efetiva violação aos direitos, prerrogativas e exercício profissionais; verificar os casos de exercício ilegal da profissão, representando ao Presidente do Conselho para a tomada de medidas policiais ou judiciais que se fizerem necessárias, entre outros.	naldo de Bona, Juarez Alberto Dietrich, Armando Luis Marcon, Maurício Monteiro de Barros Vieira, Antonio Linares Filho, Nerilda Bittencourt Vendrame, Marcos Vinícius Dacol Boschirolli, Luciano Braga Cortes, Juliano Huck Murbach, Charles Daniel Duvoisin e Jurandir Ricardo Parzianello Junior.	
SINDUSCON	Estudar, coordenar, proteger e representar legalmente as indústrias da construção, tendo como intuito o fortalecimento do setor e a implantação de serviços e atividades que atendam às necessidades das empresas associadas.	Edson José de Vasconcelos, José Vidal Boaretto, Eduardo Sciarra,	Foi criado em 1993
SRP	Cuidando de quem ajuda a alimentar o mundo (Faep)	Paulo Roberto Orso, Nelson Menegatti	
SRO		Eduardo Sciarra, Edgar Bueno, Alessandro Meneghel	Criada em 1980
CDL	Servir, representar e fortalecer o comércio de Cascavel, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.	Edgar Bueno, Samoel Antonio de Mattos Júnior	Criada em 1978
SINDILOJAS	Sindicato dos lojistas e comércio varejista de Cascavel e região Oeste do Paraná.	Paulo Beal, Leopoldo Furlan, Daniel Pegoraro. Plinio Destro.	Há mais de 30 anos
CACIOPAR	Integrar, fortalecer e representar as ACES, visando o desenvolvimento socioeconômico do Oeste do Paraná.	Hylo Bresolin, Eduardo Sciarra, Alci Rotta Júnior, Oli Sarolli, João Destro	Criada em 3 de abril de 1976.

Quadro organizado pela autora.

Esta compreensão acerca da necessidade de organização em torno de interesses comuns levou as diferentes frações da classe dominante regional, urbanas e rurais, do Oeste do Paraná a organizarem o Programa Oeste em Desenvolvimento.

O “Programa Oeste em Desenvolvimento” (POD) começou a ser organizado em 2012 com a finalidade de buscar estratégias de desenvolvimento para o Oeste do Paraná de modo integrado, constituindo-se em um grande fórum de discussão de projetos para o desenvolvimento regional.

O projeto foi de iniciativa da Caciopar, da Itaipu Binacional, do PTI (Parque Tecnológico Itaipu), da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop) e do SEBRAE. A estas entidades e instituições foram se somando a Unioeste, o Sistema Cooperativo do Paraná, o Show Rural Coopavel e hoje são mais de 60 instituições públicas e privadas que pretendem, a partir dos recursos disponíveis, desenvolver práticas que possam ampliar a agregação de valor às cadeias produtivas. Defendem assim, a capacidade competitiva das empresas, superando, de modo articulado, as fragilidades encontradas ao longo do processo produtivo.

Apesar de se constituir como um Programa que visa planejar e desencadear ações para o desenvolvimento de atividades à nível regional, as ações são propostas à nível municipal levando em consideração as suas características econômicas e sociais, as suas necessidades e potencialidades. Estas ações buscam desencadear práticas que possibilitem ampliar a geração e a agregação de valor à produção, em diferentes segmentos da economia.

O Programa se propõe fundamentalmente, ser um coletivo que analise as condições ou fragilidades para o desenvolvimento regional e que propõe soluções ou alternativas frente as estas questões.

Segundo consta em sua página institucional, o Programa Oeste em Desenvolvimento tem a intenção de propor e incentivar estratégias de desenvolvimento em tecnologias e inovações articuladas às diversas atividades econômicas e que possam atrair novos investimentos. Buscam melhorar o ambiente para pequenos negócios e assim promover o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população:

[...] é uma ação de Governança Regional que busca promover o desenvolvimento econômico da região por meio de um processo participativo, fomentando no território, a cooperação entre os atores, públicos e privados, para o planejamento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada (POD, 2019).

Os setores da economia regional que foram selecionados como prioritários pelo Programa no “Fórum” foram os seguintes: material de transporte, turismo, agroalimentar e proteína animal. A mesa diretora na gestão 2017-2018 era composta pelo empresário e conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI) Danilo Vendruscolo e pelo diretor da Cooperativa Central Frimesa, Elias Zydek.

Entre as defesas realizadas pelas entidades que compõem o POD está a necessidade de investimento na logística de transportes, a qual estaria dependente do modal rodoviário. Defendem a ampliação de ferrovias e hidrovias que diminuiriam o custo final de produção e ampliariam a competitividade dos produtos regionais.

Apesar de inicialmente propor a criação de possibilidades que dinamizem a economia regional, nas ações sugeridas, fica evidente a prioridade estabelecida ao agronegócio e sua organização na região.

Nas atividades elencadas como referência para demonstrar o potencial econômico da região e a possibilidade de atrair novos investimentos, o destaque está em atividades deste setor, como fica evidente na entrevista dada por Danilo Ventruscolo, seu presidente em 2017, em 2018 e reeleito para os próximos dois anos.

Questionado sobre quais seriam os segmentos produtivos mais expressivos da região Oeste, respondeu:

Podemos nos orgulhar que no Oeste do Paraná aplicamos as melhores tecnologias mundiais na produção de suínos, com inúmeros projetos para termos essa produção sustentável a longo prazo. Outra cadeia produtiva que vem ganhando destaque com potencial extraordinário de crescimento é a produção de peixes. Temos todas as condições favoráveis, como água em abundância, clima e produtores dispostos a investir. O Oeste do Paraná vem se tornando referência na conversão de proteína vegetal em animal. Isto é, agregar valor aos produtos, criando mais empregos e renda na região. Outra cadeia com potencial muito grande de crescimento são as energias renováveis. Temos a capacidade e tecnologia para transformarmos os dejetos das principais cadeias produtivas do Oeste em energia limpa. O produtor rural pode produzir a sua própria energia, de maneira sustentável e autossuficiente (VENTRUSCULO, 2018).

As lideranças do POD defendem também que uma das suas ações deve ser a organização política da região em torno de lideranças que possam representar seus interesses junto ao Estado restrito, tanto a nível local, estadual e federal, não necessariamente ocupando cargos ou exercendo mandatos.

A organização do Programa se propõe a ser um importante organismo da sociedade civil com força política para reivindicar junto ao Estado, as demandas dos diferentes segmentos da economia regional como por exemplo: a nova Ferroeste e o novo aeroporto regional.

O Programa representa, portanto mais uma força organizada da sociedade civil, de iniciativa privada, que tem a capacidade de propor e realizar os encaminhamentos necessários aos diferentes segmentos da economia regional.

O desenvolvimento de um projeto econômico regional permite à classe patronal de origem agrária não apenas gerenciar as suas propriedades, mas, através das cooperativas, gerenciar a produção. As cooperativas, entendidas aqui como empresas inseridas e articuladas às relações capitalistas de produção, tornam possível a organização da produção dos seus associados e integrados. Organizam a sua produção e a dos demais, daqueles que na prática, não tem outra opção: associam-se ou integram-se às cooperativas ou ficam “à própria sorte”.

Se o agronegócio brasileiro possui uma forte dependência para com os grandes conglomerados deste segmento da economia mundial, o que se evidencia no Oeste do Paraná, é que, através das cooperativas⁷, a classe patronal rural tem investido fortemente, ainda que com recursos oriundos de financiamentos junto à bancos públicos e privados, no desenvolvimento de ações que possibilitem ampliar o controle sobre toda a cadeia produtiva de cereais e de proteína animal. Busca-se autossuficiência, apesar das limitações que ainda persistem. O fato é que se

⁷ As cooperativas, em específico a Coopavel, foram o objeto de estudo da tese de Irene Spies Adamy sob o título “Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: O caso da Coopavel”, defendida em 2018 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. Disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4702>

constituíram como empresas competitivas junto ao mercado internacional, visto que disputam e conquistam mercados em todas as regiões do país e do mundo.

A região Oeste do Paraná tem no agronegócio a base de sua formação e atuação econômica, o que impacta a sua organização social e cultural. O Oeste possui uma economia dinâmica e fortemente inserida no mercado nacional e mundial, sendo competitiva principalmente na produção de cereais, carnes de frango e suínos, leite e seus derivados.

O agronegócio é apenas uma das expressões do poder econômico desta fração da classe dominante de origem agrária. Hoje ela está inserida na dinâmica da economia como um todo, tendo sob o seu domínio também outros setores importantes da economia local e regional: agricultura, pecuária, agroindústria, produção de sementes, adubos e ração animal para o mercado regional, nacional ou para exportação e empresas urbanas do setor metalomecânico, atacadista e supermercadista, de maquinários e equipamentos, de sementes e defensivos agrícolas, além de serviços imobiliários e de construção civil, na área da saúde e da Educação.

O capital acumulado com o uso da terra passou a ser investido em outras atividades, garantindo forte influência nas relações de poder a nível regional.

Referências

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra** – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BRUNO, Regina_. **Nova República**: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284 – 310.

BRUNO, Regina. **Agronegócio e novos modos de conflituosidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora RFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A classe dominante agrária**: natureza e comportamento -1964 – 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Entidades Patronais Agroindustriais e a Política de Pesquisa Agropecuária no Brasil (1963 – 2003). **Raízes**. V.32, n. 2, jul-dez/2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: Alguns escritos. Niterói: Vício da Leitura/FAPERJ, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade Civil no Brasil: o Binômio Ocb/Abag e a Embrapa. São Paulo: ANPUH, jul/2011. **Jornal Hoje**, 20/02/1987, p.12.